PODER

# Novela de Mendonça perto de ser encerrada

## Alcolumbre pode marcar, hoje, data da sabatina do ex-AGU no Senado

» CRISTIANE NOBERTO
» TAINÁ ANDRADE
» RAPHAEL FELICE

Ed Alves/CB/D.A Press

**Ex-AGU, André Mendonça foi indicado pelo presidente da República para vaga no Supremo**

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), Davi Alcolumbre (DEM-AP), pode anunciar, hoje, a data da sabatina do ex-advogado-geral da União André Mendonça, indicado, em junho, pelo presidente Jair Bolsonaro a vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Há expectativas de que ele seja chamado entre 30 de novembro e 2 de dezembro.

Nos bastidores da Casa, as informações são de que a demora foi uma estratégia de Alcolumbre para desgastar o nome de Mendonça. O senador teria, assegurados, 49 votos contrários à nomeação do ex-AGU.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou, ontem, que conversou com Alcolumbre e sinalizou a urgência das votações de indicados pelo governo. "Eu estive com o Davi Alcolumbre. Falamos a respeito do esforço concentrado, renovei a ele esse pedido, assim como fiz a todos os senadores para que possam estar presentes no esforço concentrado. Assim, todos os presidentes de comissões poderão designar as reuniões das comissões para a sabatina das indicações. Dos ministros dos tribunais superiores", frisou. "Quanto ao André Mendonça, espero que o Davi possa designar as datas para a semana que vem, para o cumprimento dessa missão."

O senador Jorge Kajuru (Podemos-GO) defendeu que a votação seja levada diretamente ao plenário, o que seria um ato inédito na Casa. Ele lembrou que, depois de 25 dias corridos da indicação do presidente, o regimento prevê a liberação da votação por todos os senadores no plenário. "O André (Mendonça) virou vítima. O Rodrigo está em uma situação complicada, porque tem uma relação muito forte com o Alcolumbre e está no meio dessa situação. Hoje, ele deve mais gratidão ao Davi que ao Bolsonaro, justamente pelo apoio na presidência", contou. "A estratégia dele (Alcolumbre) era uma só: juntar votos. Foi ele quem ajudou o Pacheco a vencer (a corrida pelo comando do Casa) e achava que, sozinho, conseguiria ter força para derrubar Mendonça."

> **A votação tem que ser o mais urgente possível. Tenho minha opinião, mas deixar de sabatiná-lo (Mendonça) é um erro"**
>
> ***Jorge Kajuru (Podemos-GO),*** *senador*

Para Kajuru, Bolsonaro não tem mais interesse em ver o ex-AGU aprovado no Senado. "Ele não quer mais o Mendonça como candidato. No meio do caminho, viu que a questão do evangélico não pegava bem. A frase 'terrivelmente evangélico' foi infeliz, então, quis se desfazer do seu candidato", afirmou, numa menção à forma como o presidente da República se refere a Mendonça. "Porém a votação tem de ser o mais urgente possível. Tenho minha opinião, mas deixar de sabatiná-lo é um erro", finalizou.

### "Momento propício"

De acordo com o senador Fabiano Contarato (Rede-ES), a sabatina teve de ser marcada em um "momento propício" para que todos os participantes pudessem tomar a decisão com calma. "Na Constituição, a função de uma sabatina é rejeitar ou aceitar um candidato. Agora, a minha opinião é que, em uma normalidade, dentro de um Estado democrático de direito, faço a ressalva de que vivemos em um Estado laico, um presidente que externalize ataques às instituições, que participou de movimentos antidemocráticos e mostrou preferência por um membro extremamente religioso para indicar ao Supremo, o Senado precisava de equilíbrio e sobriedade para abrir essa votação", enfatizou.

# CPI da Covid cobra atitude de Aras

Vinte e seis dias após entregarem o relatório final da CPI da Covid ao procurador-geral da República, Augusto Aras, senadores querem saber o que ele fez a respeito das acusações presentes no documento. A Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Casa aprovou, ontem, requerimento que convida o PGR a explicar as providências tomadas. Em nota, Aras avisou que falará do assunto no próximo sábado — em entrevista ao programa Roberto D'Avila, ele afirmou que ainda nesta semana vai encaminhar o documento ao Supremo.

O requerimento de convite foi apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e a expectativa é de que a audiência ocorra entre 13 e 14 de dezembro. O parlamentar disse que pretende saber "o que ele vai fazer com o relatório de uma CPI com quase 1.200 páginas, com provas robustas, com a análise de uma tragédia com 600 mil mortos".

Senadores da CPI da Covid fizeram uma entrega simbólica do relatório a Aras em 27 de outubro. O PGR deve, em 30 dias, pedir novas investigações, denunciar o presidente Jair Bolsonaro ou arquivar tudo.

Em 28 de outubro, Aras pediu uma investigação preliminar para apurar os crimes imputados ao presidente e a outros 12 políticos. Em 10 de novembro, por meio de nota, a PGR informou que apenas no dia anterior havia recebido "documentos sigilosos reunidos ou produzidos pela comissão". Segundo o órgão, "o lapso temporal" entre a entrega do relatório e o recebimento das mídias ocorreu por "dificuldades operacionais decorrentes do volume do material (aproximadamente 4 terabytes)" e pela "necessidade de se observar os protocolos".

### "Fatos graves"

O vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos, Fabiano Contarato (Rede-ES), que presidia a sessão, afirmou que "a CPI da Covid apontou fatos graves". Delegado de polícia por 27 anos, ele considerou "salutar" que o PGR dê respostas. "Não vamos aceitar a impunidade." A CPI, disse, "trabalhou seis meses coletando provas objetivas — contratos, quebras de sigilo telemático, mensagens via WhatsApp, provas testemunhais". Segundo ele, o colegiado "é como se substituísse o inquérito policial".

Como o requerimento aprovado é da modalidade convite, Aras pode não comparecer à comissão — mas Contarato acredita que o PGR irá. Já Randolfe Rodrigues disse "não acreditar que o PGR será tão indelicado a ponto de não ir", o que, segundo ele, levaria a uma convocação.

> **O que ele vai fazer com o relatório de uma CPI com quase 1.200 páginas, com provas robustas, com a análise de uma tragédia com 600 mil mortos"**
>
> ***Randolfe Rodrigues (Rede-AP),*** *senador*

## NAS ENTRELINHAS

**Por Luiz Carlos Azedo**

luizazedo.df@dabr.com.br

# Um samba antológico pode servir de conselho ao PSDB

Impactado pela vitória do MDB em 1974, o presidente Ernesto Geisel iniciou a grande manobra de retirada dos militares da cena política com a chamada "distensão lenta e gradual". O partido de oposição à Arena (governista) conseguira expressiva vitória nas eleições gerais de novembro daquele ano, conquistando 59% dos votos para o Senado, 48% da Câmara dos Deputados, além da maioria das prefeituras das grandes cidades. A sociedade se mobilizava geral: operários, estudantes, artistas, classe média, empresários, profissionais liberais.

Houve uma explosão cultural. O teatro, o cinema, a televisão e a música popular faziam a crônica da mudança de costumes e protagonizavam os gritos de liberdade. É nesse ambiente, em 1976, que o sambista Candeia compôs um dos mais belos sambas de sua geração, gravado inicialmente por Cartola, naquele mesmo ano, mas cujo estrondoso sucesso viria mais tarde, na voz de Marisa Monte, em 1989, que não chegou a conhecer. Candeia morreu muito jovem, aos 43 anos, dois anos depois de sua composição.

Antônio Candeia Filho fora um policial truculento, que ficara paraplégico, após levar cinco tiros de um motorista numa batida policial. A limitação física, inimaginável para um capoeirista, levou-o à profunda depressão. Foi salvo, espiritualmente, pelo candomblé. E pelas rodas de samba da Portela, nas quais se destacou como líder da oposição ao "bicheiro" Carlinhos Maracanã. Dissidente, com Paulinho da Viola e outras bambas, criaria a legendária Quilombo. Seu álbum *Axé* é um manifesto de negritude, contra o racismo estrutural.

*Preciso me encontrar*, composta por Candeia a pedido do jornalista e escritor Juarez Barroso, falecido naquele mesmo de 1976, não me sai da cabeça desde domingo, por causa da confusão das prévias do PSDB, nas quais os governadores João Doria, de São Paulo, e Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, protagonizam uma intensa guerra interna, coadjuvados pelo ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio Neto, que nunca foi tão moderado.

> A DISPUTA ENTRE TUCANOS PAULISTAS E GAÚCHOS, INCENDIADA PELOS MINEIROS, PARECE REPRODUZIR A CRISE DOS PARTIDOS REPUBLICANOS DA REPÚBLICA VELHA

"Deixe-me ir/ Preciso andar/ Vou por aí a procurar/ Rir pra não chorar/ Se alguém por mim perguntar/ Diga que eu só vou voltar/ Depois que me encontrar/ Quero assistir ao sol nascer/ Ver as águas dos rios correr/ Ouvir os pássaros cantar/ Eu quero nascer/ Quero viver", diz a letra do samba antológico. É a síntese do drama tucano, que registra uma disputa entre lideranças paulistas e gaúchas, incendiada pelos mineiros, que parece reproduzir a crise dos partidos republicanos da República Velha, tamanha a radicalização e a dificuldade de entendimento entre seus protagonistas.

### Prévias do barulho

O que poderia ter sido uma inédita demonstração de democracia interna e construção de consensos, com escolha de uma candidatura em bases democráticas, virou um furdunço, no sentido pejorativo do termo. Não vai ser fácil encontrar uma saída pactuada, depois do colapso de domingo no sistema de votação por aplicativo para os filiados da legenda, com direito a 25% do colégio eleitoral.

Qualquer resultado, se não houver boa vontade do perdedor, pode ser deslegitimado e fragilizará o candidato à Presidência da República escolhido pela legenda. Parece que Doria está levando a melhor e tem um acordo de bastidor com Virgílio; Leite, denunciando jogo bruto, dá sinais de que está para tomar o seu rumo, como na bela canção de Candeia.

O PSDB nasceu de uma costela do MDB, quando o falecido governador paulista Orestes Quércia se assenhorou da legenda, durante o governo do presidente José Sarney. Tornou-se nacional quando Fernando Henrique Cardoso, ex-ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, venceu as eleições de 1994, na onda do sucesso do Plano Real. Até então, era forte em São Paulo, em Minas, no Paraná e no Ceará; residual no Rio de Janeiro, na Bahia, no Rio Grande do Sul e no Pará.

Eleito, FHC conteve o crescimento do partido, por causa de sua aliança com o PFL. Na sua sucessão, isso teve um preço. Além disso, José Serra fez uma campanha descolada do governo que o apoiava e ainda foi cristianizado em Minas. Desde então, a hegemonia dos políticos paulistas na legenda sempre teve um custo para as suas alianças no plano nacional, por causa das disputas regionais.